



XX Congresso Brasileiro de Fruticultura
54th Annual Meeting of the Interamerican Society for Tropical Horticulture
12 a 17 de Outubro de 2008 - Centro de Convenções - Vitória/ES

CUSTOS E BENEFÍCIOS DE COLONOS EM ÁREAS DE FRUTICULTURA IRRIGADA: O CASO DE CURU-PARAIPABA, CE

Helenira Ellery Marinho Vasconcelos¹

¹Ms Desenvolvimento Agrícola CPDA, UFRRJ; Doutoranda Sociologia (UFC) Pesquisadora da
Embrapa Agroindústria Tropical. helenira@cnpat.embrapa.br.

INTRODUÇÃO

Uma das vias de desenvolvimento apresentadas para redução da pobreza do Nordeste é a implantação de áreas irrigadas, com uso intensivo de tecnologias para produção de frutas "*in natura*", tendo em vista, primordialmente, o atendimento de demandas oriundas do mercado internacional. Esta pesquisa se desenvolve em meio a esta temática, com o objetivo de entender a pertinência desta via de intervenção com propósitos de redução da pobreza das populações rurais da Região. Para tanto, delimitou como área de estudo áreas irrigadas que se estendem ao longo do Vale do Rio Curu, região típica do semi-árido nordestino, espaço tradicionalmente produtor de carne, couros e peles, algodão, cera de carnaúba, milho, farinha, mamona, rapadura e mel. Desafiando a natureza e as tradições culturais, essa Região começa, a partir de 1964, a ser foco de uma intervenção estatal, dando origem a grandes empresas de produção de álcool, cujo maior exemplo foi a AGROVALE¹.

De fato, a modernização do Vale do Curu iniciou-se a partir dos anos 60, quando o DNOCS, com objetivo explícito de transmitir conhecimentos e incentivos para o desenvolvimento da agricultura irrigada, ali implantou um Posto Agrícola. Não demorou muito para que, nessa mesma propriedade, o DNOCS construísse o Projeto de Irrigação Curu-Pentecoste beneficiando irrigantes particulares que pagavam ao Governo o acesso à água disponibilizada por um sistema de canais implantados pelo DNOCS, que se estendia ao longo da bacia de irrigação dos açudes. Esses irrigantes projetavam e implantavam suas estruturas de captação, adução e distribuição de água sem interferência direta dos Governos, demarcando a chamada a fase hidráulica e que serviu como bem analisa Diniz (2002, p. 22) "mais como moeda de negociação entre a elite local e o governo federal do que como vetor de mudança das condições socioeconômicas".

¹ Para maiores informações sobre esse empreendimento, que ali se estabelece ancorado nas vantagens oferecidas pelo PROÁLCOOL, consultar Martins (2008) que aprofunda a experiência desenvolvimentista do Vale do Curu.



A aceleração desse processo de modernização se dá a partir de 1974, moldada por uma via de intervenção - que diferentemente do processo anterior, em que se respeitava a estrutura agrária existente – inicia no Vale uma nova política de irrigação, acionada por mecanismos de desapropriação de terras, na qual a implementação dos projetos e a organização da produção se dava sob a administração do Governo, orientada por um tipo de parcelamento constituído por lotes de aproximadamente quatro hectares, cabendo ao DNOCS a atribuição de selecionar proprietários individuais eram selecionados. O Projeto Piloto dentro dessa política foi o Paraipaba com uma área de cerca de 2.000 hectares. Esta reestruturação produtiva dá margem ao desenvolvimento desigual naquele espaço. Ilhas de modernização², convivendo com unidades de produção familiar, alheias aos benefícios trazidos pelos projetos de irrigação.

Durante os últimos vinte anos, a irrigação privada expandiu-se por todo o Vale. Os mais recentes usuários desses benefícios são empresas particulares, que durante os últimos anos foram incorporadas ao Projeto Curu-Paraipaba para desenvolver atividades agro-industriais, como a Ypioca, Agrovale e a FAISA. Atualmente, o Projeto Curu-Paraipaba irriga, uma área de aproximadamente 3.470 ha, correspondente às duas primeiras fases. Note-se que, muito embora estes perímetros irrigados tenham sido inicialmente projetados para um fim social, através do aproveitamento de agricultores sem-terra ou de subsistência, a terceira etapa – que agrega mais 4.530 ha, mais que dobrando o tamanho do perímetro, está destinada para empresas que farão irrigação para fins comerciais. Apenas 20% se destina aos colonos.

A reorientação do projeto, em sua última fase de implantação, destinando para os colonos (egressos da agricultura familiar local) apenas 20% do total da área irrigada, os custos de energia, os custos dos insumos agropecuários, a recorrente presença de atravessadores no processo de comercialização e alguns danos ambientais que se registram, motivaram a presente investigação, que busca responder a questões relacionadas aos custos e aos benefícios deste caminho de desenvolvimento.

MATERIAL E MÉTODO

Pesquisa realizada, em 2004, no perímetro do Baixo Acaraú, relatada por (Vasconcelos & Braga, 2007) identificou uma associação formada por catorze pequenos produtores que

² A expressão é tomada de empréstimo de Bacelar (2002), em estudo que analisa os movimentos da economia brasileira focados no desenvolvimento regional. A autora destaca o aparecimento, no Nordeste, de subespaços dotados de estruturas econômicas modernas, as chamadas “frentes de expansão”, “pólos”, “manchas ou focos” de dinamismo, “enclaves” ao lado de áreas em que a resistência à mudança permanece sendo a marca principal do ambiente sócio-econômico.



havia saído do Curu-Paraipaba porque a reprodutibilidade de suas famílias ali já não era garantida. Este foi o dado relevante que motivou o presente estudo de caso, que teve início em 2006, com o levantamento de informações sobre o perímetro. Nessa fase, reuniu-se a bibliografia existente (documentos oficiais, artigos científicos e de jornais) aos dados estatísticos disponíveis, em busca de um entendimento mais geral da construção sócio-histórica das intervenções que ali se tem realizado. Em seguida recorreu-se a aplicação de questionários, tendo em vista a construção de um perfil sócio-econômico dos irrigantes. A observação participante e entrevistas intensivas, técnicas tradicionalmente usadas pela etnografia, permitem caracterizar este estudo de caso como de tipo etnográfico (ANDRÉ, 2002). O plano de pesquisa, aberto e flexível, está em curso desde 2004. Analisar por meio de conversas, entrevistas e observações constantes a visão que têm os irrigantes sobre a sustentabilidade do projeto tem sido o grande desafio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Irrigantes: área média e distribuição dos lotes

A pesquisa de campo realizada no final de 2004 mostrou que entre os dois perímetros do Vale (Pentecoste e Paraipaba) o que apresentava maior número de irrigantes era o de Paraipaba que contava com 803, enquanto Pentecoste apenas com 186 distribuídos, respectivamente em 12.347ha e 1.068ha. A área média por lote no Vale apresenta uma variação entre 4,4 e 4,6 ha, sendo Pentecoste a que apresenta maior área média por lote. No que concerne a área média cultivada, observa-se uma predominância de fruteiras, sendo o coco a cultura dominante e reflexo da instalação de indústrias de beneficiamento de coco.

O perfil dos colonos irrigantes

A quase totalidade dos entrevistados possuidores de lotes é formada por homens (96,8%), sendo (84,0%) casados. 97% dos colonos são oriundos da agricultura familiar do Ceará, grande parte (74%) do próprio município ou de municípios circunvizinhos. Entre os fatores motivaram suas mudanças para o perímetro destacam-se: a falta de terras, as secas e os incentivos do Governo acenando possibilidades de melhoria de vida. Quanto ao uso de mão-de-obra, em 64% dos lotes predomina a mão-de-obra familiar. Quanto às rendas nota-se a tendência verificada nos espaços rurais, ou seja, a renda oriunda da aposentadoria é responsável pela manutenção de 51,7% das famílias e 48,9% conta com ingressos de de filhos que migram. Como o lote é pequeno, à medida que aumenta o número de filhos a tendência de fragmentação é muito grande e os filhos saem para trabalhar fora. A quase totalidade dos irrigantes dispõe de energia elétrica aferida pela COELCE, entretanto, para



estes, a energia elétrica é o item de grande endividamento dos colonos, constituindo-se, ao lado dos solos que estão ficando pobres, da exploração dos atravessadores na comercialização dos produtos, os fatores mais preocupantes e que podem vir a comprometer a sustentabilidade do Projeto.

CONCLUSÕES

Estudos dessa natureza guardam um propósito muito maior de narrar experiências, com o intuito de contribuir para as formulações de propostas de desenvolvimento. Assim, sem propor conclusões, tece apenas algumas considerações. De uma maneira geral, os irrigantes, donos de lotes, muito embora tenham apontado os dissabores vivenciados para reconstruir identidades, acham que por serem possuidores de pequenos lotes estão melhores de vida que aqueles que não conseguiram. Entretanto, não se sentem firmes em relação à capacidade de reprodutibilidade de suas famílias, pois como sempre enfatizam “a terra não é só pouca, ela ta ficando cada dia mais fraca e as águas poluídas por causa do muito uso de agrotóxicos”. Bem lembrado por eles, aqueles possuidores de lote estão melhor que os outros, pois de fato, no geral, a implantação do projeto de irrigação alterou a estrutura demográfica: vilas e povoados cresceram numa paisagem marcadamente agrícola. Centenas de pessoas afluíram para as cidades expulsas de suas casas em busca de emprego. Os sobrantes que não migraram tiveram como destino assalariar-se nas empresas ali instaladas, com incentivos governamentais, instituídos em nome da população pobre do Nordeste rural, repetindo o discurso da geração de emprego. Acentuou-se a dependência das famílias pobres em relação ao salário como fonte de reprodução, confirmando uma das tendências de destino das unidades familiares de produção: o aumento do número de assalariados rurais submetidos a extenuantes jornadas, sem proteção social. A reestruturação produtiva aí verificada, marcada pelo “desenraizamento” de seus sujeitos, parece que mais se encaminha para proletarizar a agricultura familiar que para promover sua inclusão social, ampliando o débito das tantas políticas pensadas e executadas para redução da pobreza rural do Nordeste.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Maria Eliza D. A. **Etnografia da prática escolar**. 7ª Ed. São Paulo: Papirus, 2002.



XX Congresso Brasileiro de Fruticultura
54th Annual Meeting of the Interamerican Society for Tropical Horticulture
12 a 17 de Outubro de 2008 - Centro de Convenções – Vitória/ES

BACELAR, Tânia. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? Publicado no Observanordeste abril de 2002. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte013.html>. Acesso em: 04. Set. 2007.

DINIZ, A. S. A construção dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão. In: ELIAS, Denise & SAMPAIO, J.L.F. (orgs) **Paradigmas da agricultura cearense: modernização excludente**. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2003.

IMOPEC. Ceará – a crise permanente do modelo exportador 1850-1930. Fortaleza, CE. **Instituto de Memória do Povo Cearense – IMOPEC**, 1989.

MARTINS, Mônica D. **Açúcar no sertão: a ofensiva capitalista no Nordeste do Brasil**. São Paulo, ANNA BLUME, 2008.

VASCONCELOS, Helenira E. M. & BRAGA, Elza M. F. Atores, sistemas produtivos e relações de trabalho na criação do pólo frutícola do perímetro irrigado do Baixo Acaraú. In **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Recife, PE. 2007.

20080731_175344